



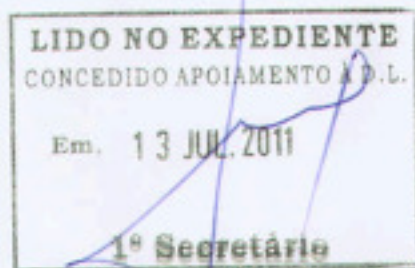
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 02

## PROJETO DE LEI Nº 573/11



**SÚMULA:** Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

Art. 1º - Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público, na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação na área, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Parágrafo primeiro: O percentual seguirá a seguinte graduação:

2012-1%  
2013-2%  
2014-4%  
2015-8%  
2016-16%  
2017-32%  
2018-64%  
2019-75%  
2020-85%  
2021-100%

Art. 2 Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Parágrafo único: Caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta lei, a empresa será desclassificada do certame público.

Art.3 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2011.

**CLEITON KIELSE**  
Deputado Estadual

15:00 13/07/2011 005571 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



## *JUSTIFICATIVA*

Esta justificativa apresenta argumentos favoráveis à qualificação na área de limpeza, pois o referido projeto de lei trata da qualificação da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.

A realidade de mercado exige a cada dia maior empenho das organizações na condição de excelência em qualquer setor. A atividade de empresas prestadoras de serviços tem apresentado crescimento constante no final deste século.

Uma das maiores dificuldades encontradas pelas empresas do setor de limpeza e conservação, seja de pequeno, médio ou grande porte no Brasil, está em fornecer serviços com padrão de qualidade alto e de forma constante. Vários são os problemas enfrentados pelo setor: mão-de-obra não qualificada, nível de escolaridade baixo, dentre outros.

As classes de risco de toxicidade, dos produtos de limpeza indicam o grau de periculosidade para saúde, eis a necessidade da qualificação para saber classificar, controlar o uso e disposição física dos espaços onde os materiais são estocados, empregando atenção especial a materiais perecíveis ou de certo grau de periculosidade, conforme especificações dos mesmos e normas técnicas vigentes.

Vale lembrar também que empregados que prestam serviço de limpeza e conservação ficam a exposição de produtos químicos e riscos biológicos, pois é uma realidade no dia a dia desta profissão, a limpeza principalmente com recolhimento de lixo e limpeza com produtos químicos, gera exposição a diversos agente biológicos, mesmo com atuação de luvas o contato ocorre também pela via respiratória o que caracteriza a qualificação de insalubridade em grau máximo, ou seja, "o ambiente de trabalho hostil à saúde, pela presença de agente agressivos ao organismo do trabalhador, acima dos limites de tolerância permitidos pelas normas técnicas".



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 04

Assim, fica claro que é dever do Estado, oriundo da Constituição Federal, o bem-estar social, bem como a prestação de serviços da melhor maneira possível à população. Primeiramente, vale justificar que incumbe ao Poder Legislativo o dever e a legitimidade para propor o presente projeto de lei com base nas Constituições Estadual e Federal. A defesa dos direitos dos cidadãos do estado: é justamente nesse sentido que este projeto é apresentado, ou seja, tem o condão de assegurar a qualidade da mão-de-obra no setor de asseio e conservação.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 579/2011**

Projeto de Lei nº 579/2011

Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse

**Súmula:** Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

**EMENTA:** LICITAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ. ÁREA DE LIMPEZA. CURSO DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES COM CERTIFICADO EXPEDIDO POR ENTIDADE COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 22. LEI FEDERAL Nº 8.666/93 ART. 115. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DA EMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por finalidade, qualificar os trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O projeto de lei em questão visa instituir a qualificação dos trabalhadores da área de limpeza, com curso de qualificação por entidade com notória especialização, nos casos de licitação pública no âmbito do Estado do Paraná.

Quanto a este tema, importante destacar que no dia 21 de junho de 1993 foi publicada a **Lei Federal nº 8.666** que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, afirmando que **os órgãos da administração, INCLUINDO OS ESTADOS, detêm competência para expedirem normas aos procedimentos operacionais observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação, vide art. 115:**

**Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei.**

**Parágrafo único.** As normas a que se refere este artigo, após aprovação da autoridade competente, deverão ser publicadas na imprensa oficial. (Grifo Nosso)





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Nesse momento, importante frisar, que com relação aos órgãos da Administração Pública, estes podem ser da Administração Pública Direta ou da Administração Pública Indireta.

Para demonstrar a competência do nobre parlamentar, ressalta-se que o **Estado é integrante dos órgãos da Administração Pública Direta** e, portanto, pode perfeitamente expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação (*Art. 115 Lei Federal nº 8.666/93*).

No entanto, os parlamentares devem observar o inciso XXVII do art. 22 da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:  
XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998*) (Grifos nossos)

Sendo assim, fica evidenciada a competência para que seja realizada a propositura do presente projeto de lei; uma vez que não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro, pois não trata de normas gerais de licitação e, bem como, não se encontra nas hipóteses de competência privativa do Governador.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise está em desacordo com a Lei Complementar nº. 95/98.

Cabe afirmar que o Parágrafo Primeiro do art. 1º deve ser renomeado como **Parágrafo Único**, uma vez que não existe outro parágrafo posterior.

Já no que tange o conteúdo referente a graduação mencionada no referido parágrafo, deve estar numerada em incisos o que de fato não ocorreu.

Isto, exatamente como preceitua o art. da Lei Complementar n.º 95/98:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

IV - os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

(...)





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

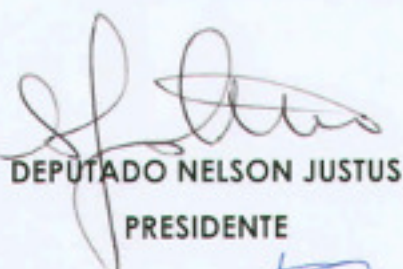
Assim sendo, para sanar os vícios de ilegalidades presentes neste projeto de lei, é apresentada a Emenda Corretiva em anexo.


Portanto, diante da Emenda Corretiva apresentada o referido projeto de lei encontra-se revestido de legalidade e constitucionalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**, nos termos da **EMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**

**Concedido Vistas ao**

**Senhor Deputado**

*Ademar Traiano*

Em, 27 J 09 / 20 11

CCJ

*Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 579/2011**

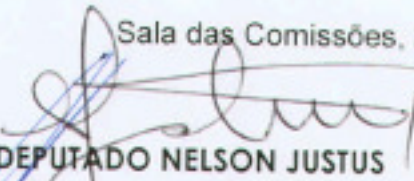
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo Único - O percentual seguirá a seguinte graduação:

- I – Até o ano de 2012 – 1% (um por cento);
- II – Até o ano de 2013 – 2% (dois por cento);
- III – Até o ano de 2014 – 4% (quatro por cento);
- IV – Até o ano de 2015 – 8% (oito por cento);
- V – Até o ano de 2016 – 16% (dezesseis por cento);
- VI – Até o ano de 2017 – 32% (trinta e dois por cento);
- VII – Até o ano de 2018 – 64% (sessenta e quatro por cento);
- VIII – Até o ano de 2019 – 75% (setenta e cinco por cento);
- IX – Até o ano de 2020 – 85% (oitenta e cinco por cento);
- X – Até o ano de 2021 – 100% (cem por cento).

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**

**RELATOR**

*Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Educação**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 579/2011**

**Projeto de Lei nº. 579/2011**

**Autoria: Dep. Cleiton Kielese**

**Súmula:** Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielese, tem por objetivo obrigar as empresas que participam de licitações na área de limpeza a comprovar que possuem um percentual mínimo de trabalhadores qualificados para exercer atividades na área, graduando o percentual exigido ao longo dos anos.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da emenda corretiva, no dia 27/09/2011, tendo como relator o Deputado Tadeu Veneri, que apenas adequou o texto à Lei Complementar 95/1998. Vencida a análise legal e constitucional, é agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o projeto visa exigir um grau de qualificação aos funcionários das empresas de limpeza. Tal exigência é feita apenas nos casos de novas contratações e o projeto estabelece sua implantação de forma gradual ao longo dos anos, sendo que em 2021 a totalidade de tais funcionários deverá possuir um certificado de qualificação na área.

1  
K  
Sh






*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Educação**

Tal qualificação se faz necessária pelo fato de muitas vezes os funcionários manipularem produtos de limpeza tóxicos, que expõe em risco a sua saúde e a de pessoas expostas ao local de trabalho. Além disso, manuseiam o lixo, sendo que se não forem tomados alguns cuidados pode haver contaminação deles ou de terceiros.

A medida vem no sentido de prevenir tais contaminações, certificando que os funcionários estão cientes da maneira correta de efetuar cada serviço e garantindo um alto padrão de qualidade nos serviços vinculados ao Poder Público.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO EVANDRO JR.**  
Vice-Presidente

  
**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Relator



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Liderança da Oposição*

**REQUERIMENTO**

**APROVADO**  
À Diretoria Legislativa.

Em, 15 DEZ. 2011


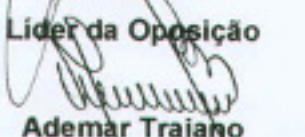
  
1º Secretário

**Súmula:** Requer a retirada da Ordem do Dia, do item 14 da Pauta, por 10 Sessões.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do Art. nº 158, § 1º do Regimento Interno, **requer**, após ouvido o Douto Plenário, a **retirada do Projeto de Lei nº 579/2011**, item 14 da Ordem do Dia desta data, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2011.

  
**Enio Verri**  
**Líder da Oposição**  
  
**Ademir Traiano**  
**Líder do Governo**







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 594/2011**

**Projeto de Lei nº. 594/2011**

**Autor: Deputado Estadual Toninho Wandscheer**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **Associação Alemã Bucovina de Cultura - ABC**, com sede e foro no Município de Rio Negro.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Toninho Wandscheer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual **Associação Alemã Bucovina de Cultura - ABC**, com sede e foro no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33** – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

**§2º** À Comissão de Constituição e Justiça compete:

**I** – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

**X** – declaração de utilidade pública de associações civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a sócio-cultural e beneficente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º** A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.





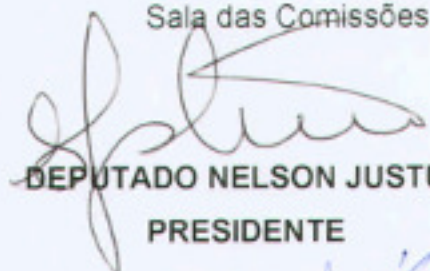
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

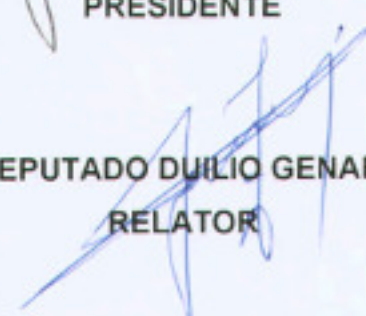


**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

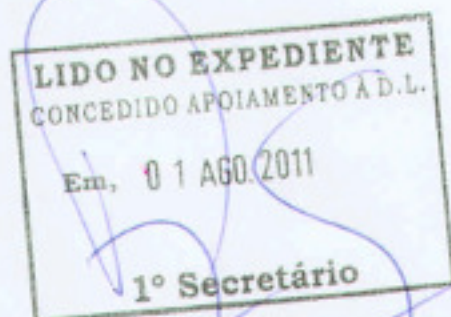
  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 02  
C

**PROJETO DE LEI Nº 596/2011**

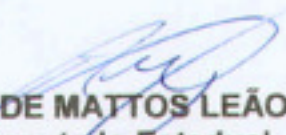


**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública o **ISBJ – Instituto de Saúde Bom Jesus** com sede e foro na cidade de Ivaiporã, Paraná.

**Art. 1º** - Fica declarado de Utilidade Pública o **ISBJ – Instituto de Saúde Bom Jesus** com sede e foro no município de Ivaiporã, Paraná.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 2011.

  
**ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR**  
Deputado Estadual





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**JUSTIFICATIVA**

Em conformidade com a Lei nº. 6.994/78 com as alterações dadas pelas leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõem sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, apresento o presente Projeto de Lei, para declarar de Utilidade Pública o **ISBJ – Instituto de Saúde Bom Jesus** com sede e foro na cidade de Ivaiporã, Paraná, conforme certidão do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da comarca de Ivaiporã – PR, registrada em 09/09/05 no livro 948, fls. 177v, livro A – 05 e fundada em 05/08/05.

Sem fins lucrativos, a entidade tem por objetivo desenvolver a execução e a promoção da assistência à saúde, nos termos da lei 12.101/2009 através das seguintes iniciativas e programas;

- Desenvolver atividades direcionadas à assistência social, à saúde humanitária e de educação continuada;
- Desenvolver e administrar atendimento hospitalar, serviços ambulatoriais, laboratórios e centros de diagnósticos;
- Promover serviços através do voluntariado;
- Desenvolver atividades voltadas a nutrição, amamentação e segurança do trabalho;
- Organizar treinamentos, atualização e capacitação profissional para adultos, jovens e adolescentes;
- Organizar seminários, congressos, feiras e eventos voltados ao setor de saúde;
- Organizar e desenvolver serviços de atendimento na área de saúde com programas e projetos de suporte às atividades de saúde e de assistência social;
- Organizar campanhas e programas de prevenção;
- Desenvolver estudos, projetos e pesquisas na área de saúde, alimentação, medicina do trabalho e assistência social.

Estando o Projeto adequado à legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 596/2011**

**Projeto de Lei nº. 596/2011**

**Autor: Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior**

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública o ISBJ – Instituto de Saúde Bom Jesus, com sede e foro na Cidade de Ivaiporã, Paraná.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **ISBJ – Instituto de Saúde Bom Jesus**, com sede e foro na Cidade de Ivaiporã, Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis.  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**

**I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;**

**II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;**

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.





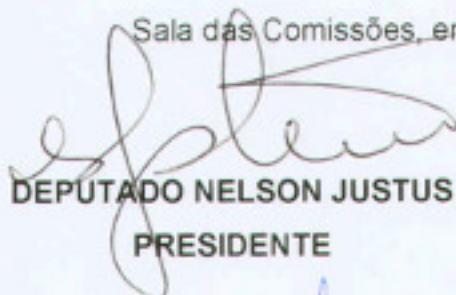
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

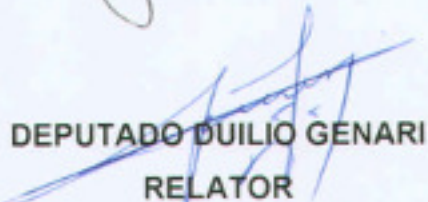



**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.

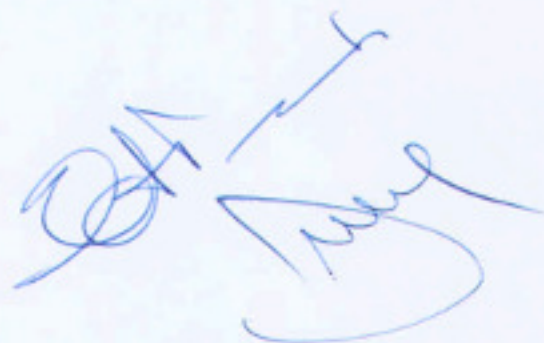
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

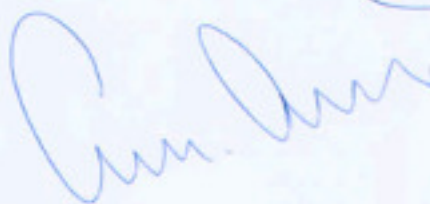
  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**





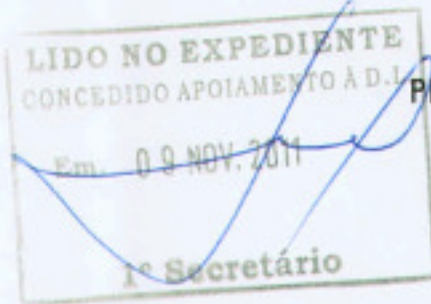








*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*



**PROJETO DE LEI Nº 881/ DE 2011**

**SÚMULA:** Institui o Dia do Produtor Rural, a ser comemorado no dia 28 de julho.

**Art. 1º.** Fica instituído o Dia Estadual do Produtor Rural, a ser celebrado, anualmente, no dia 28 de julho.

**Art. 2º** - Na data a que se refere esta lei, serão desenvolvidos, no Estado, especialmente nas escolas públicas, palestras, debates e seminários, entre outros eventos voltados à valorização do produtor rural.

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de novembro de 2011.

  
**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





### JUSTIFICATIVA

Ao longo da história brasileira, é inegável a importância do produtor rural para o desenvolvimento do País. São mulheres, homens e jovens que, diariamente, enfrentam adversidades, cultivando terras, produzindo, gerando empregos, riquezas e excedentes exportáveis. Sem dúvida alguma, o Brasil deve grande parte de sua prosperidade ao produtor rural.

Atualmente, o agronegócio responde por cerca de 30% do Produto Interno Bruto – PIB -, 40% das exportações e 37% dos empregos do País. Em 2004, o superávit do agronegócio foi de US\$ 34.000.000.000,00, US\$ 1.000.000.000,00 a mais do que o saldo comercial da soma de todos os setores da economia brasileira. No primeiro semestre de 2007, as exportações totalizaram US\$ 20.200.000.000,00, mesmo com as barreiras e dificuldades impostas pelo mercado externo. E os resultados poderiam ser ainda mais espetaculares se a agricultura não tivesse sua expansão tolhida pela política protecionista dos países ricos.

O agronegócio brasileiro tem mostrado a sua força e importância para o equilíbrio das contas do País, para a redução das desigualdades sociais e para a inserção do Brasil nos mercados globalizados, altamente competitivos.

Quando o campo vai bem, toda a economia é beneficiada: as indústrias aumentam a produção, cresce a procura por mão-de-obra também nas cidades, o comércio vende mais e a



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Anibelli Neto*




roda da economia gira, do artesanato aos grandes complexos industriais que circundam as cidades. É do suor do produtor rural que vem a energia que movimenta praticamente todos os demais segmentos da economia.

Esse segmento assegura alimentos em nossas mesas, excedentes para exportação e faz da agricultura brasileira uma das mais competitivas do mundo. Além disso, é importante para o equilíbrio ecológico, uma vez que significativa extensão do patrimônio ambiental está no campo.

É necessário ressaltar que o dia 28 de julho foi escolhido pelo fato de ser comemorado, na mesma data, o Dia do Agricultor, podendo o Estado homenagear na mesma data o agricultor e os demais produtores rurais.

Diante dessas considerações, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 01 de novembro de 2011.



**ANTONIO ANIBELLI NETO**  
Deputado Estadual





*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 881/11**

**Projeto de Lei nº 881/11**

**Autora: Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto**

**Súmula:** Institui o Dia do Produtor Rural, a ser comemorado no dia 28 de julho.

**EMENTA:** INSTITUI O DIA DO PRODUTOR RURAL, A SER COMEMORADO NO DIA 28 DE JULHO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Produtor Rural", a ser comemorado anualmente, no dia 28 do mês de julho.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**





# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:





*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 190.** A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

*A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas<sup>1</sup>.*

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia**, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia**

<sup>1</sup> DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.





*Assembléia Legislativa do Estado do  
Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do  
Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos  
cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta  
Constituição. (grifo nosso)

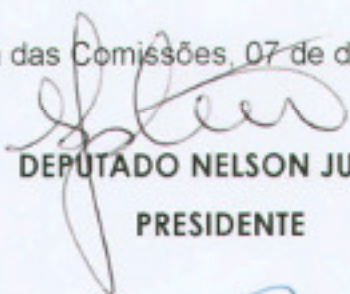


Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



## PARECER DO DEPUTADO CLEITON KIELSE

**PROJETO DE LEI Nº 881/11**

**AUTOR: Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto**

**ASSUNTO:** Institui o Dia do Produtor Rural, a ser comemorado no dia 28 de julho.

Então atenção a 17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Guia de Trânsito de processos e papéis, encaminhado pelo deputado Hermas Junior para deputado Cleiton Kielse, relatar o mesmo:

### PARECER

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, objetiva inserir no Clendário Estadual o dia do “Produtor Rural”, a ser comemorado anualmente, no dia 28 do mês de julho.

#### **É o Relatório:**

Tendo em vista que o referido projeto de lei, cumpre os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, considerando que a matéria é de grande importância para o produtor rural.

Atualmente, como parte de estatísticas e registros, o agronegócio responde por cerca de 30% do PIB.

Pois a atividade do agronegócio tem demonstrado ser de grande importância para o equilíbrio das contas do País.

No Paraná, na áreas rurais, ainda abrigam 14,7% da população Paranaense, dados fornecidos pelo IBGE em 2011.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse

D. L.

Fls. 19

Além disto, o projeto de lei, é uma forma de reconhecer o produtor rural, que utiliza o desenvolvimento sustentável e, assim, garante a manutenção no meio rural.

A data de 28 de julho, coincide com do dia do agricultor, motivo proposital para se comemorar o dia do produtor rural também.

## Conclusão:

Diante do exposto, opina-se pelo PARACER FAVORÁVEL do presente projeto de lei.

Curitiba, 15 de dezembro de 2011.

**Deputado Cleiton Kielse**

Relator

Presidente





## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 005/12.

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de janeiro de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

**ART.1º.-** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de janeiro de 2012.

**ART. 2º.-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 13 de março de 2012.

**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
Relator



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 015/2012

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de janeiro de 2012, previstas na Resolução nº. 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

Assim sendo, entende este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 13 de março de 2012

**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
Relator

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO VALDIR ROSSONI - DIGNÍSSIMO  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

*A D L para verificação  
dos requisitos de seguimento  
do recurso.*

14 MAR 2012

RECURSO AO PLENÁRIO

Nº 01/12.

*- PRESIDENTE -*

Projeto de Lei nº: 580/2011  
Autoria: Dep. Prof. Lemos

*Anotação  
Análise para i-fer*

*Mauro Roberto Borges  
Diretor Legislativo*

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE O PLANO SAFRA ANUAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA AGRÍCOLA DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no § 18 do artigo 51 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, inconformado com a rejeição ao Projeto de Lei em epígrafe, no âmbito da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, tempestivamente, interpor **RECURSO AO PLENÁRIO**, pelas razões fáticas e jurídicas adiante delineadas, requerendo, seja o mesmo recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2012.

*Professor Lemos*  
**PROFESSOR LEMOS  
DEPUTADO ESTADUAL**





## I - RAZÕES DO RECURSO

O presente Projeto dispõe sobre o Plano Safra anual no âmbito da política agrícola do Estado do Paraná e dá outras providências.

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta opinou pela sua não aprovação, apontando vício de iniciativa embasada no art. 66, IV da CE.

Em definitivo, a referida Comissão de Constituição e Justiça, através do Relator Deputado Helio Rusch, igualmente, exarou Parecer Contrário ao Projeto sob os aspectos da Constitucionalidade e Legalidade, da mesma forma, sob a alegação de vício de iniciativa (art. 66, IV, CE).

Interposto Recurso, foi designado novo Relator através do Deputado Ademar Traiano, que recebendo, NEGOU PROVIMENTO, argumentando insanáveis as ilegalidades e inconstitucionalidades demonstradas no Parecer do Relator originário (art. 66, IV, CE), bem como, por interferir na competência da Secretaria Estadual da Agricultura, consoante estabelecido no art. 10, parágrafo único da Lei 9.917/72.

A pedido, foi concedido vistas ao Deputado Tadeu Veneri, o qual em Sessão da Comissão de Constituição e Justiça realizada na data de 13/03/2012 apresentou Voto divergente em Separado OPINANDO pela sua legalidade.

Porém, referido Voto em Separado, após votação tornou-se voto vencido, prevalecendo, dessarte, os pareceres exarados pelos Relatores então designados, qual seja, pela REJEIÇÃO, sob a alegação de vício de iniciativa e interferência em Lei da Secretaria Estadual da Agricultura.





## II – FUNDAMENTAÇÃO

É inaceitável no presente caso a argumentação da r. Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer de caráter conclusivo rejeitando pela maioria absoluta de votos o Projeto em análise, vedando, destarte, seu prosseguimento sob o entendimento de que o Projeto contém vício de iniciativa e interfere em Lei da Secretaria Estadual da Agricultura. Eis que a alegação não merece prosperar, senão vejamos:

A iniciativa do presente projeto *não interfere na Competência exclusiva do Governador*, a legislação vigente (Regimento Interno desta ALEP, artigos 124; Constituição Estadual, artigo 53, incisos V e X; e Carta Magna, artigos 23, VIII e 24, V) salvo melhor entendimento, assim autorizam, *ex vi*:

### I - QUANTO À INICIATIVA DO PRESENTE PROJETO:

1.1 - No Regimento Interno: Art. 124. *A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia*, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (*destacamos*).

1.2 – Na Constituição Estadual: Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: V – Planos e Programas Estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento; X – criação, estruturação e definição de *atribuições* das Secretarias de Estado. (*destaque*).

1.3 – Na Constituição Federal: A Constituição da República atribuiu ao Poder Legislativo a Competência para legislar sobre as matérias decorrentes da





*competência comum e concorrente*, previstas nos seus art. 23 e 24, respectivamente, *in verbis*:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:  
(...)

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; (grifo nosso);

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V – produção e consumo. (destaque);

Sendo assim, dos dispositivos supra, abstrai-se, salvo melhor entendimento, que são *permissivos que legitimam a apresentação do presente Projeto de Lei e não fere o disposto no artigo 66, IV, da Constituição Estadual*.

## II – INTERFERÊNCIA NA COMPETENCIA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

fundamenta o ilustre Relator seu parecer reprovatório sob o argumento de que o autor do Projeto em debate interferiu em Lei da Secretaria Estadual da Agricultura. Eis que a alegação não pode prosperar, pois a Lei Estadual citada pelo nobre Relator sob o nº 9.917/92 em seu artigo 10, parágrafo único, dispõe tão somente sobre a formulação de Política Agrícola Estadual pela Secretaria de Agricultura, de cuja política resultarão programas plurianuais e planos anuais de safra.

*Porém, não temos uma Legislação que institua o Plano Safra Estadual* estabelecendo Diretrizes para a política agrícola paranaense nesse âmbito, *daí, a razão desta proposição*.





Ora, o presente Projeto de Lei apresentado tem por **escopo** consolidar o Plano Safra Anual como um instrumento de planejamento da Política Agrícola no Estado do Paraná através de processos democráticos e participativos; **Pretende** contribuir para o dispositivo Constitucional de promover a definição da Política Agrícola em harmonia com os planos Nacional e Estadual de Desenvolvimento; **Abrange** as diversas atividades agrícolas e os instrumentos específicos de política previstos na Constituição e na Lei Agrícola Estadual e estabelece prazos, especificações e mecanismos de controle adequados à realidade dos agricultores, dos gestores públicos e dos demais agentes que realizam atividades neste segmento; e **Prevê** ainda o detalhamento das medidas, metas e recursos para os agricultores familiares. Portanto, **não cria Normas novas interferindo na esfera de Competência de Governo, tão pouco, de suas Secretarias**, mas **o que se busca** é apenas consolidar o Plano Safra Anual como um instrumento de planejamento da Política Agrícola no Estado do Paraná através de processos democráticos e participativos contribuindo para o dispositivo Constitucional de promover a definição da Política Agrícola em harmonia com os planos Nacional e Estadual de Desenvolvimento.

Pelo exposto percebe-se, numa análise sucinta da letra da Lei, que **o Projeto em tela não ataca a competência exclusiva do Governador em legislar sobre o assunto**, logo, nenhuma interferência houve no âmbito da competência exclusiva do Governador como pretendeu deixar transparecer a Comissão de Constituição e Justiça em seus respeitáveis Pareceres, possuindo, portanto, o autor do presente Projeto, competência para propor a matéria em apreço.

Portanto, é cediço que a rejeição do Projeto de Lei em debate será prejudicial a esta Casa que reza pelo bem estar da coletividade e sem qualquer distinção, principalmente em se tratando de assuntos relacionados à Agricultura e Abastecimento. De Modo que, inviabilizar o trâmite de Projetos meritórios como este é agir em contrariedade ao interesse público, pelo que não se espera.



Por todo o exposto retro, requer seja o presente Recurso recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2012.



**PROFESSOR LEMOS**

Deputado Estadual



